

Público

04-11-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Justiça

Dimensão: 278 cm²

Imagem: N/Cor

Página (s): 13

PGR analisa processos-crime contra ex-adjunto

Vila Nova de Gaia
Margarida Gomes

A Procuradoria-Geral da República (PGR) está a “analisar” os 12 processos-crime movidos contra o ex-adjunto do presidente da Câmara de Gaia, Bruno Santos, que o socialista Eduardo Vítor Rodrigues contratou para o seu gabinete, em finais de 2013. A informação foi confirmada ao PÚBLICO por fonte da PGR, que não adiantou mais pormenores.

Considerando estar em curso uma “estratégia de ‘bullying judicial’” contra si “por parte do PS de Gaia”, Bruno Santos decidiu fazer uma exposição ao Presidente da República, na qual afirma que “algo de excepcionalmente brutal tomou conta do PS e do Estado de direito democrático em Vila Nova de Gaia”.

Perante as queixas, a Casa Civil do Presidente entendeu remeter o caso para o gabinete da procuradora Lucília Gago por considerar o “assunto susceptível de integrar o âmbito de actuação da PGR”. Fonte de Belém afirmou ao PÚBLICO que, “por norma, sempre que há uma queixa do foro judicial, a Presidência reencaminha para a entidade competente”. Mas da primeira vez que o ex-adjunto recorreu a Belém não obteve a mesma resposta. “Desta vez, a Presidência enviou-me um *email* a informar-me que tinha remetido o caso para a Procuradoria por entender que o assunto era da esfera da PGR”, declarou Bruno Santos ao PÚBLICO.

Na exposição a Belém, Bruno Santos deu especial relevância à queixa-crime que o presidente da Assembleia Municipal de Gaia apresentou contra si e que viria a ser arquivada. “Albino Almeida acusou-me de ter falsificado a assinatura dele numa carta de recomendação que pedi à Câmara de Gaia, após ter sido exonerado do cargo de adjunto do presidente. A justiça arquivou a queixa depois de concluir que as provas periciais apontavam para que a assinatura fosse do próprio presidente da assembleia municipal”, pormenoriza. Conta ainda que enviou a Marcelo cópia da “carta anónima que chegou ao MP, dando origem a outro inquérito, cujo processo acabou arquivado. “Também neste caso, o MP arquivou o processo sem me ter constituído arguido”, sublinha.

mgomes@publico.pt